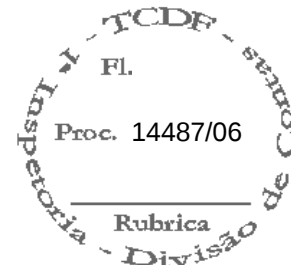




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



PROCESSO Nº: 14.487/2006 (2 volumes e 1 anexo).

INFORMAÇÃO: 17/2010.

ÓRGÃO DE ORIGEM: Região Administrativa XIII – Santa Maria.

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ANUAL – AGENTE DE MATERIAL – 2003.

EMENTA: Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material da Administração Regional de Santa Maria - RA XIII. Exercício de 2003. Decisão n º 3527/2006, reiterada pela Decisão n º 227/2007. Diligências. Cumprimento satisfatório. Decisão n º 3032/2007. Audiência. Apresentação de razões de justificativa. Proposta de sobrestar o julgamento de mérito até o deslinde Processo nº 3655/2004. Decisão nº 5963/2008, reiterada pela de nº 1495/2009. Diligência. Não cumprimento. Decisão nº 5921/2009. Cumprimento de diligência. Suspensão do sobrestamento. Julgamento irregular das contas anuais do titular. Aplicação de multa.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material da Região Administrativa XIII– Santa Maria, referente ao exercício de 2003.

2. Na última assentada, Sessão Ordinária nº 4286/2009, de 10/09/2009, mediante a Decisão nº 5921/2009 (fl. 295), o Tribunal decidiu:

I. tomar conhecimento do Ofício nº 751/2009 – GAB/RA XIII (fls. 258/259) e seus anexos (fls. 260/276);

II. considerar não cumprida a Decisão nº 1.495/2009, relevando a atraso verificado nos autos;

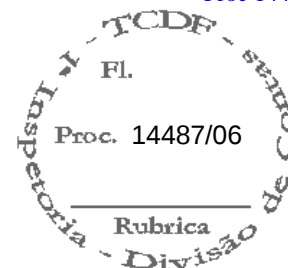
III. alertar a Administração Regional de Santa Maria – RA XIII de que a Decisão nº 5.963/2008 não imputou responsabilidade a qualquer servidor;

IV. determinar à:

a) RA XIII que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê cumprimento ao inciso VII da Decisão nº 5.963/2008, na forma do art. 12 da Resolução nº 102/98, podendo, se quiser, utilizar-se das apurações conduzidas nos autos, em face do Princípio



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



da Economia Processual, dando a este Tribunal conhecimento dos resultados da apuração;

b) Subsecretaria de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal sobre o desfecho do Processo nº 143.000.665/2004, notadamente sobre os responsáveis pela irregularidade, explicitando os fundamentos da responsabilidade atribuída a cada um, se for o caso;

V. autorizar o envio do Processo nº 143.000.054/04 à RA XIII, para fins de subsidiar o cumprimento da diligência, alertando-a de que deverá devolvê-los por ocasião de sua manifestação.”.

3. O inteiro teor da decisão supracitada foi levado ao conhecimento da RA XIII, em 19/10/2009, por meio do Ofício nº 6204/2009-GP, fl. 296, e cientificado à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social da Corregedoria-Geral do DF, em 19/10/2009, via Ofício nº 6205/2009/GP, fl. 297.

Das diligências

4. Tempestivamente, em 04/11/2009, foi encaminhado à Corte o Ofício nº 1445/2009-GAB/RA-XIII (fls. 299/300) e, posteriormente, em 25/11/2009, a Corregedoria-Geral do DF remeteu o Ofício nº 6419/2009, fls. 302/303, junto com os documentos de fls. 304/315, cujo teor passamos a analisar:

Determinações do Tribunal - Decisão 5921/2009	Resposta da RA XIII	Análise
Item IV – alínea “a” - determinar à RA XIII que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê cumprimento ao inciso VII¹ da Decisão nº 5.963/2008, na forma do art. 12 da Resolução nº 102/98, podendo, se quiser, utilizar-se das apurações	A Jurisdicionada às fls. 299/300, ratificou a responsabilidade do Sr. Aurisman Custódio Farias – Chefe da Seção de Material e Patrimônio, no período de 01.01 a 31.12.2003, com base nas informações registradas	Considerando tratar-se de dívida bem inferior ao limite de alçada e tendo o Tribunal determinado à jurisdicionada que adotasse as providências do art. 12 da Res. 102/98, acertado nos parece o encaminhamento dado à

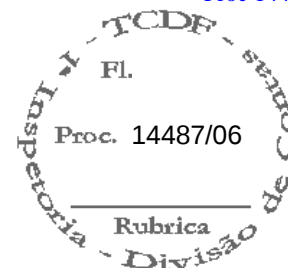
1 VII. determinar à RA XIII que, com amparo no art. 12 da Resolução nº 102/1998, se utilize de procedimentos sumários e econômicos para ressarcir aos cofres distritais o prejuízo no valor de R\$ 1.013,52, causado pelo Chefe da Seção de Materiais e Patrimônio da RA XIII, no exercício de 2003, referente à irregularidade anotada no item 1.1.4 do Relatório de Auditoria nº 121/2004 (fls. 69/73 do Processo nº 143.000.054/2004), encaminhando a esta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, informações sobre as providências adotadas e os resultados efetivamente alcançados;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

Divisão de Contas

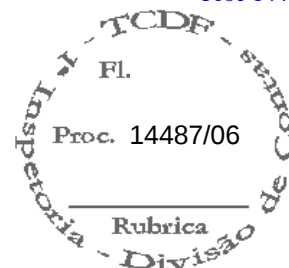


Determinações do Tribunal - Decisão 5921/2009	Resposta da RA XIII	Análise
conduzidas nos autos, em face do Princípio da Economia Processual, dando a este Tribunal conhecimento dos resultados da apuração;	no Processo nº 143.000.108/2009, fl. 301. Informou, ainda, que o referido servidor foi notificado em 22/04/2009, por não ter ressarcido o valor que lhe fora imputado. Desta forma, outra alternativa não restou senão encaminhar os autos para inscrição do débito na dívida ativa.	questão pela RA-XIII, devendo-se considerar cumprida a diligência. Quanto ao procedimento adotado pelo Chefe da Seção de Material à época, Sr. Aurisman C. Farias, qual seja, permuta de 3.990 folhas de cartolina do almoxarifado da RA XIII por outros materiais, à margem da legislação que regulamenta a aquisição de bens e serviços pela administração pública (Lei 8.666/93), a nosso sentir, deverá sopesar sobre o julgamento de mérito destas contas.
Item IV, alínea "b" - determinar à Subsecretária de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal sobre o desfecho do Processo nº 143.000.665/2004, notadamente sobre os responsáveis pela irregularidade, explicitando os fundamentos da responsabilidade atribuída a cada um, se for o caso;	Consta à fls. 302/303, o Ofício nº 6419/2009, da CGDF, comunicando o encerramento dos trabalhos realizados pela comissão constituída para apurar os fatos e irregularidades, tratados no Processo nº 143.000.665/2004, em que se concluiu pela responsabilidade, de forma solidária, da Senhora Maria do Socorro dos Santos Lucena de Araújo, Administradora Regional e do Sr. Aurisman Custódio de Farias, chefe do almoxarifado. A CTCE não emitiu Mandado de Citação, pois a Senhora Maria do Socorro manifestou o interesse em ressarcir os cofres públicos mediante a reposição dos 800 (oitocentos) sacos de cimento em 10 (dez) vezes, correspondendo a 80 (oitenta) sacos mensais.	O envio dos documentos (Ofício nº 6419/2009, Relatório de CTCE, Demonstrativo de Tomada de Contas Encerradas, Termo de Compromisso de Reposição Parcelada e Nota Fiscal referente a 100 sacos de cimento) que integram o Processo nº 143.000.665/2004, fls. 304/315, permitem considerar que a regularização da pendência foi encaminhada de forma satisfatória. Vale ressaltar que o referido processo de TCE continua em tramitação neste Tribunal, onde será apreciado o desfecho da matéria. Resta, neste momento processual, considerar que os procedimentos administrativos, adotados tanto pela Administradora Regional quanto pelo Agente de Material, à época, sejam levados em conta, a exemplo do item anterior, no julgamento de mérito sobre a regularidade destas constas.

5. Conforme análise acima, as determinações constantes do item IV da Decisão nº 5921/2009 foram satisfatoriamente cumpridas. Assim, uma vez exauridas as diligências saneadoras, cumpre-nos, com vistas ao julgamento das



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



contas, reavaliar o sobrestamento da análise de mérito das razões de justificativa oferecidas pelos servidores Lucinda Soares da Silva e Aurisman Custódio de Farias, fls. 64-69.

Do Julgamento.

6. O sobrestamento em questão – condicionado ao desfecho das apurações conduzidas no Processo nº 143.000.665/2004 – foi mantido por força da Decisão 5963/2008, item IV, em face das razões apontadas nos parágrafos 6 a 8 da Informação nº 141/2008, fls. 224 a 225.

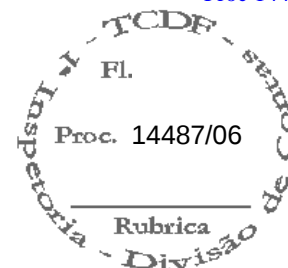
7. Embora o Processo GDF nº 143.000.665/2004 não tenha sido julgado pelo Tribunal, conforme se verifica do Processo nº 3655/2004 autuado na Corte para este fim, há elementos que permitem levantar o sobrestamento em exame. Senão vejamos.

8. Os documentos acostados às fls. 304/315 (Ofício nº 6419/2009, Relatório de CTCE, Demonstrativo de Tomada de Contas Encerradas, Termo de Compromisso de Reposição Parcelada e Nota Fiscal referente a 100 sacos de cimento), que integram o Processo nº 143.000.665/2004, demonstram a conclusão dos trabalhos de apuração da fase interna. Nesta fase, a comissão tomadora responsabilizou, solidariamente, a Sra. Maria do Socorro dos Santos Lucena de Araújo e o Sr. Aurisman Custódio de Farias pelo dano causado ao erário, quantificado em R\$ 21.871,72 (vinte e um mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos), e resolveu encerrar o processo, em face da reposição do bem nos termos firmados pela Sra. Maria do Socorro dos Santos Lucena de Araújo.

9. Como se verifica, a tomada de contas especial é de valor inferior ao valor de alçada e, desta forma, correto foi o encaminhamento dado à questão, nos termos do art. 1º da Res. 181/2007 e do art. 14 da Res. 102/98, e não haverá necessidade de o processo vir ao Tribunal para julgamento, uma vez que a instauração da TCE não foi determinada pela Corte, fl. 317.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



10. Por conseguinte, sugerimos ao egrégio Plenário levantar sobrestamento determinado pelo item I da Decisão nº 3032/2007, mantido pelo item IV da Decisão nº 5963/2008, e proceder ao julgamento de mérito das razões de justificativa apresentadas pelos servidores Lucinda Soares da Silva e Aurisman Custódio de Farias, fls. 64-69.

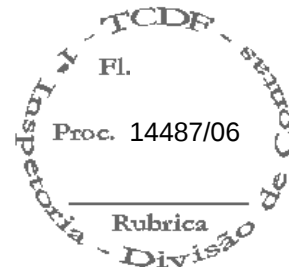
11. Na Informação nº 58/2007 desta Inspeção, fls. 178 a 185, após diligente trabalho de análise, reputou-se improcedentes as justificativas apresentadas pelos responsáveis. O desfecho dado ao Processo nº 143.000.665/2004, conforme apontado no parágrafo 8 desta Informação, reforça a fragilidade das justificativas apresentadas pelos responsáveis, não havendo outra sugestão ao egrégio Plenário que não seja considerá-las improcedentes.

12. Demais, as irregularidades apontadas nos subitens 1.1.1, 1.1.3 e 1.1.4 do Relatório de Auditoria nº 121/2004, aliadas à improcedência das razões de justificativa apresentadas, ensejam o julgamento irregular das contas anuais do responsável, que já foi chamado em audiência, nos termos do art. 13, III, da LC nº 1/94, em face da Decisão nº 3527/06, deste Tribunal. Cabe ainda, nos termos do art. 20, § único, da referida lei, a aplicação da multa prevista no inciso I do art. 57, do mesmo normativo.

13. Cumpre ressaltar que a irregularidade deve influenciar o julgamento de mérito apenas das contas anuais do Sr. Aurisman Custódio de Farias, uma vez que a Sra. Lucinda Soares da Silva não contribuiu para o evento, porquanto o titular gozou férias sem efetivamente se afastar da unidade, conforme parágrafo 25 da Informação nº 273/2007 (fls. 201 a 210), e que a participação da Administradora Maria do Socorro Lucena de Araújo neste episódio será objeto de análise no Processo de Tomada de Contas Anual do Ordenador de Despesa da RA XIII, exercício de 2003.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



14. Diante do exposto, sugerimos ao eg. Plenário: i) levantar o sobrestamento determinado pelo item I da Decisão nº 3032/2007; ii) considerar parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pela Srª Lucinda Soares da Silva, fls. 64 e 65, e improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Aurisman Custódio de Farias, fls. 66 e 67; iii) julgar regulares as contas da Lucinda Soares da Silva e irregulares as contas do Sr. Aurisman Custódio de Farias.

Das Proposições

Posto isso, sugerimos ao egrégio Plenário que:

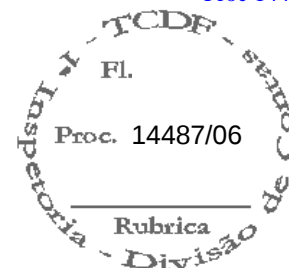
- I. tome conhecimento dos Ofícios nº 1445/2009-GAB/RA-XIII e Ofício nº 6419/2009-SACG/SEOPS, (fls. 299/300 e 302/303), e dos documentos de fls. 304/315, para, no mérito, considerar atendidas as diligências determinadas no item IV, alíneas “a” e “b” da Decisão nº 5921/2009;
- II. levante o sobrestamento determinado pelo item I da Decisão nº 3032/2007;
- III. considere parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pela Srª Lucinda Soares da Silva, fls. 64 e 65, e improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Aurisman Custódio de Farias, fls. 66 e 67;
- IV. nos termos do inciso I do art. 17 da Lei Complementar nº 01/94, julgue REGULARES as contas da Srª Lucinda Soares da Silva – Chefe da Seção de Material e Patrimônio-Substituta da RA XIII, atinentes ao exercício de 2003;
- V. nos termos do inciso III do art. 17 da Lei Complementar nº 01/94, julgue IRREGULARES as contas do Srº Aurisman Custódio de Farias, Chefe da Seção de Material e Patrimônio da RA XIII, relativas ao exercício de 2003, em razão das seguintes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

Divisão de Contas



irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 121/2004, subitens: 1.1.1 – Movimentação de material de consumo sem prova documental de solicitação, 1.1.3 – Desaparecimento dos pedidos internos de material da Unidade-PIM/2003 e 1.1.4 – Desaparecimento de material no almoxarifado;

VI. por consequencia, conforme determina o art. 20, § único, da Lei Complementar nº 1/94, delibere sobre a aplicação ao Sr. Aurisman Custódio de Farias da multa prevista no inciso I do art. 57, do referido normativo, que deverá ser fixada entre R\$ 626,80 e R\$ 6.268,00, nos termos do art. 182, inciso I, do RI/TCDF;

VII. autorize a devolução dos autos à 1ª ICE para as providências de praxe.

À superior consideração.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

Amauri Francisco Campos
Auditor de Controle Externo